

**HABEAS CORPUS Nº 501.451 - AL (2019/0089668-3)**

**RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**IMPETRANTE : KELLY REGINA CABRAL DE OLIVEIRA**  
**ADVOGADO : KELLY REGINA CABRAL DE OLIVEIRA - PE030373**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS**  
**PACIENTE : VALDEMIR CAETANO DA SILVA (PRESO)**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de VALDEMIR CAETANO DA SILVA apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco (*Habeas Corpus* n. 0806822-14.2018.8.02.0000).

A impetrante relata que o paciente foi condenado à pena de 12 anos de reclusão, em regime fechado, pela prática do crime do art. 159, § 1º, do Código Penal.

Impetrado *habeas corpus* na origem, a ordem foi denegada em acórdão assim ementado (e-STJ fl. 16):

*HABEAS CORPUS. EXTORSÃO MEDIANTE SEQUESTRO. PEDIDO DE REDIMENSIONAMENTO DA DOSIMETRIA DA PENA. IMPOSSIBILIDADE. PENA-BASE FIXADA NO MÍNIMO LEGAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA.*

No presente *writ*, a impetrante alega constrangimento ilegal decorrente do aumento da pena-base, sob o argumento de que as circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal são favoráveis ao paciente, notadamente a primariedade e os bons antecedentes. Argui que a basal foi exasperada com motivação genérica e inerente ao tipo penal. Aduz violação ao sistema trifásico da dosimetria.

Assim, requer o redimensionamento da pena para o mínimo legal.

É, em síntese, o relatório.

Conforme relatado, a impetrante requer o redimensionamento da pena prevista para o crime do art. 159, § 1º, do Código Penal. Ocorre que, conforme bem ponderou o acórdão impugnado, a sanção reclusiva já foi estipulada no patamar mínimo, *in verbis* (e-STJ fl. 20):

*Com efeito, não há ilegalidade a ser reconhecida nesse writ no tocante à dosimetria da pena, uma vez que a pena-base foi*

# Superior Tribunal de Justiça

## DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2644 - Brasília, Disponibilização: Quinta-feira, 04 de Abril de 2019 Publicação: Sexta-feira, 05 de Abril de 2019

*estabelecida no mínimo legal, sendo vedado reduzi-la abaixo desse patamar.*

*Acrescenta-se ainda que o juiz a quo considerando a ausência de circunstâncias agravantes e atenuantes, bem como ausentes as causas de aumento e diminuição, a pena definitiva foi mantida em 12 anos de reclusão.*

É forçoso reconhecer, portanto, a ausência de interesse processual na presente impetração.

Ante o exposto, com base no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente** o presente *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de abril de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator